

# As Ilusões do Espelho:

## Gênero e Identidade na Polícia Militar de São Paulo (\*\*)

### The Illusions of the Mirror: Gender and Identity in the Sao Paulo Military Police

Marcos Santana de Souza \*

**RESUMO:** Este artigo reflete sobre a identidade policial militar tendo como referência um conjunto de representações sobre a presença feminina na Polícia Militar de São Paulo. A partir de imagens veiculadas na imprensa televisiva e da etnografia da festa de formatura dos aspirantes da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, o tradicional “Baile da Espada”, em 2011 e 2012, o texto discute sobre os impasses e expectativas que assinalam a identidade policial militar paulista tendo em vista a presença feminina na corporação.

**Palavras-chave:** identidade, Polícia Militar, São Paulo (Estado), gênero, representações.

“Corajosas e destemidas”. Com essas palavras, um apresentador de televisão anunciou, em julho de 2010, durante a abertura do bloco de encerramento de um programa de reportagens no Brasil, a exibição da rotina da soldado Fátima. Segundo o jornalista, a policial era uma das várias mulheres que saíam de casa todos os dias com a difícil missão de “colocar ordem na cidade”<sup>1</sup>.

Símbolo de tantas outras profissionais, Fátima Pereira de Souza de Lima, com 47 anos na época, era apresentada como a “dona de casa, esposa, mãe de quatro filhos e avó de uma neta” por trás da farda e da séria fisionomia, conhecidos aspectos da identidade policial. Era, sobretudo, indicada como um exemplo de determinação num contexto onde ainda se mostrava incomum pensar na mulher como heroína a enfrentar a dura e perigosa rotina das ruas de uma metrópole como São Paulo.

Guiando uma motocicleta do Comando de Policiamento de Trânsito que teve, segundo a reportagem, de ser adaptada para os seus pouco menos de 1,60 metro de altura, a soldado Fátima, com 22 anos de serviço, aparece diversas vezes durante a reportagem de arma em punho e voz firme no comando

(\*\*) Este artigo é uma versão adaptada das considerações finais da tese de doutorado “Sou policial, mas sou mulher: gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo”, defendida, em 2014, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp sob a orientação da Professora Mariza Corrêa.

1 Programa Sbt Repórter, “A rotina da polícia de SP”, exibido em 05/07/2010. “Dia-a-dia de uma Policial Militar”. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=gCi0oVzVpog>, página consultada em 30/04/2014.

de abordagens de suspeitos ao lado de um colega masculino ou sozinha a orientar o fluxo de veículos em um dos vários cruzamentos de intenso trânsito da capital. A rotina da militar começa com a apresentação de sua casa, localizada na periferia da Zona Leste de São Paulo, e de parte de sua família, representada na ocasião por duas filhas pequenas e pelo marido que, segundo ela, assustou-se ao saber de sua decisão, quando já era casada e mãe de duas crianças, de ser policial.

Durante a entrevista, é Fátima quem faz o café e põe a mesa, enquanto passa manteiga em alguns biscoitos e conversa com a repórter, não apenas sobre os desafios da profissão, da realidade de grande parte dos policiais, mas sobre as responsabilidades com o orçamento doméstico, com o pagamento dos financiamentos da casa e do automóvel da família, assim como a respeito dos dramas pessoais enfrentados, a exemplo do acidente de carro que quase vitimou fatalmente o filho. É no instante que sucede a fala de uma das filhas menores, que disse preferir não pensar sobre os riscos enfrentados pela mãe no trabalho; as imagens seguintes mostram Fátima de farda colocando o braçal do Batalhão, o cinto de guarnição para logo após terminar os cuidados com a maquiagem que antecederão a sua entrada no serviço. Diante do espelho no alojamento do batalhão, ela aplica a máscara para cílios, faz retoque na pele e finaliza com lápis o contorno dos lábios de batom vermelho, segurado por mãos que exibem unhas pintadas de rosa. Assim, refere-se a respeito do sentido que para ela tem o fardamento: *“Quando eu coloco a farda, apesar de ficar vaidosa, mulher, eu me sinto mais forte, como se eu fosse um homem. Na verdade para mim não tem sexo, homem ou mulher, só soldado Fátima”*.

A reportagem sobre a rotina da militar encerra com novas imagens de seu trabalho no trânsito como as ações de fiscalização e abordagem de motoristas suspeitos. Minutos antes, ela havia recebido elogios de colegas de farda, que “atestaram” para a repórter a capacidade da soldado no trabalho de rua. Afirma um dos policiais sobre a compleição física aparentemente frágil de Fátima: “quem olha assim, acha: ‘não tem [capacidade], não vai dar conta’. Muito pelo contrário, ela até ajuda mais que outros companheiros aí”. Atuante no serviço operacional e supostamente bem integrada a essa atividade, ela aparece como a representação de uma “guerreira” inclinada ao desenvolvimento das “batalhas” diárias da profissão. Não é sem motivo que ela afirma: “O policial hoje é duas vezes guerreiro. Gente, a gente tem uma guerra urbana. Eu não tenho medo dos meus inimigos”.

O depoimento e a atuação de Fátima remetem imediatamente a outra reportagem sobre uma oficial homônima da mesma corporação. Produzida poucos meses antes por outra emissora de TV aberta, a reportagem noticiava

a chegada ao posto máximo da carreira da oficial Fátima Ramos Dutra, que então trabalhava na cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo. Assim como a soldado Fátima, ela também tinha 22 anos de serviço na Polícia Militar, mas destacava-se no serviço interno da corporação, como subcomandante do 7º Comando de Policiamento do Interior, responsável pelas ações de policiamento ostensivo em uma área que compreendia aproximadamente 80 municípios do interior paulista<sup>2</sup>.

Diferente da primeira reportagem, o encontro entre a repórter e a policial se deu numa manhã ensolarada em um parque, onde a coronel Fátima afirma manter uma rotina diária de exercícios. Segundo ela, apesar de acordar muito cedo, o prazer da atividade tornou-se uma necessidade. Em trajes esportivos, ela exibe joias discretas e maquiagem, com destaque para o batom vermelho enquanto faz alongamento ou circula pela pista de caminhada. No trabalho, conversa com policiais na rua, acompanha a apresentação da tropa e fala em seguida da sala do subcomando sobre o principal fator que a teria impulsionado ao longo da carreira e que fez passar por todas as graduações e postos, desde soldado, até chegar ao posto máximo na instituição. Segundo Fátima, tudo poderia ser resumido em “dedicação, gostar muito do que faz”. O exemplo de compromisso da oficial com a profissão ficaria mais claro para os telespectadores a partir das observações da jornalista, que enfatiza aspectos da vida pessoal e familiar da militar: “Aos 45 anos, a coronel Fátima é daquelas mulheres determinadas. Não se casou, não teve filhos, preferiu se doar integralmente à profissão, que é herança de família”. A oficial esclarece que o pai era policial militar e serviu em sua vida e na dos irmãos como importante inspiração para que optasse pela carreira: “nós sempre admiramos muito a profissão dele, a forma dele se conduzir”.

Em seguida, a reportagem destaca a influência do comando da coronel para a composição mais leve do ambiente de trabalho, não somente com o quadro de rosas brancas pendurado em uma das paredes de sua sala e dos *biscuits* de uma policial com uma rosa e de outra que representa uma policial segurando a mão de uma criança, mas através “dos sorrisos de mulher”. No entanto, a repórter alerta: “se preciso for, eles também vão embora”, destacando que Fátima sabe conciliar delicadeza, sensibilidade e rigor no tratamento dos subordinados. São os colegas masculinos que falam das vantagens de ter mulheres trabalhando no quartel. Um dos oficiais na sala diz que a presença feminina impele os homens a serem mais respeitosos uns com os outros e a serem mais “moderados” nas ações. Segundo uma oficial de patente inferior a coronel, além de “refinada, leva a imagem da policial militar feminino com a maior classe”.

2 TV TEM, Rede Globo, “Após 22 anos de trabalho, uma policial militar de Sorocaba consegue patente máxima”. Reportagem exibida em 06/03/2010. Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=Mbi5nIPdnf0>, página consultada em 30/04/2014.

As rotinas e histórias de vida da soldado e da coronel, abordadas nas reportagens de televisão e aqui resumidamente apresentadas, expressam alguns dos caminhos mais comuns das mulheres na carreira policial militar, onde em geral são apresentadas pelo sentimento materno e pelo cultivo da feminilidade, presente no cuidado com os cabelos, com os gestos e no uso do batom e de outros itens de beleza. Essas marcas de diferença, como destacou a pesquisa que fundamenta este texto e resumida na frase “sou policial, mas sou mulher”, assinalam as tensões próprias da identidade policial, cindida entre valores tradicionais e demandas por mudanças, a exemplos da ampliação da presença feminina e maior transparência das ações policiais.

Desse modo, este artigo reflete sobre a identidade policial militar tendo como referência um conjunto de representações sobre a presença feminina na Polícia Militar de São Paulo. A partir de imagens como essas e da etnografia da festa de formatura dos aspirantes da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, o tradicional Baile da Espada, o texto discute sobre os impasses e expectativas que assinalam a identidade policial militar paulista tendo em vista a presença feminina na corporação.

## A ilusão da igualdade ou o baile como espelho

Seja atuando nas ruas ou no serviço interno, as expectativas em relação às mulheres na polícia se situam na missão de que estas correspondam aos constantes testes de competência e se mantenham “femininas”, a despeito das diferenças próprias dos círculos hierárquicos existentes e da natureza da atividade, servindo não raramente como importante instrumento nos discursos de modernização institucional (SOARES e MUSUMECI, 2005).

A distinção de papéis, centrados em grande parte nos discursos que valorizam diferenças biológicas e morais entre homens e mulheres, mostra-se responsável por definir competências e zonestar a instituição de acordo com essas supostas diferenças, apostando, assim, no trabalho operacional e nos setores administrativos, especialmente aqueles relacionados ao contato com o público, como mais ajustados para homens e mulheres, respectivamente.

Neste sentido, as diferenças de gênero, longe de serem minimizadas no campo policial militar, são em grande medida reforçadas com vistas a definir, *a priori*, espaços e atribuições para homens e mulheres, nas quais o trabalho feminino tem um caráter eminentemente complementar no campo da segurança pública. Especialmente no interior dos quartéis, as mulheres, com sua “sensibilidade”, segundo as representações dos policiais que entrevistei, ajudariam simbolicamente a restaurar as forças e “curar as feridas” dos homens, “naturalmente” inclinados à “guerra”.

As representações de gênero, portanto, atuam, por meio de um forte sentido regulador, sobre os comportamentos na corporação, de modo que se a feminilidade é percebida como elemento que enfraqueceria a autoridade policial frente aos criminosos, particularmente ao serem empregadas no trabalho desenvolvido pelas unidades especializadas, por vezes a presença feminina é reverenciada como expressão do caráter moderno e democrático dessas instituições, onde supostamente o preconceito em relação às mulheres seria claramente menor em relação ao restante da sociedade.

Tais expectativas levariam os policiais a viver a experiência de uma “ilusão”, como definiu uma entrevistada ao se referir à festa de formatura da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, especificamente em relação às demandas por distinção social apresentada pelos formandos e suas famílias e que mantém especial vínculo com a orientação bastante viva no meio militar de, através dos rituais, manter acesos os valores que unem os seus membros. Segundo destaca Leonardo Sá (2002, p. 121), “a construção da identidade social dos ‘militares estaduais’ passa pela vida ritual de sua corporação. Seus valores e representações estão inscritos em suas práticas rituais, das mais ‘domésticas’ às mais ‘solenes’, das discursivas às não-discursivas”.

No tradicional “Baile da Espada”, também chamado de “Baile de Gala dos Aspirantes” e que ocorre geralmente na primeira quinzena de dezembro e um dia após a solenidade de formatura com a substituição do espadim pela espada e na qual os cadetes passam à posição de aspirantes a oficiais, há a apresentação desses militares ao novo círculo do qual passarão a fazer parte. Na festa, os aspirantes, formados bacharéis em “Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública”, e seus padrinhos dançam ao som de valsas sob os olhares orgulhosos de parentes e amigos, num espaço prestigiado por seus superiores e por autoridades civis. Conforme tive oportunidade de acompanhar em mais de uma oportunidade<sup>3</sup>, o baile serve como um importante rito a marcar o ingresso no oficialato e o desejo de ascensão social, bastante claro nos protocolos que marcam a sua organização, pensada em geral desde o primeiro ano de ingresso no curso. Era basicamente sobre esse desejo que se referia a minha entrevistada quando definiu a festa, marcada por luxo e por um protocolo extenso de exigências dos participantes e convidados, como uma “ilusão” a ser negada pela realidade das ruas e também dos quartéis, na complexa missão de enfrentar o crime numa sociedade desigual e violenta como a sociedade brasileira.

No caso das mulheres, como pude acompanhar, o baile surgia ainda como uma promessa, bastante transitória é verdade, de reconhecimento de feminilidade para além das molduras disponíveis no cotidiano policial

3 Acompanhei o baile em 2011 e 2012. Se a turma 2011 não registrou nenhuma cadete entre os formandos, em 2012 a Academia registraria a formatura de 12 oficiais femininos, contribuindo assim para que a presença feminina fosse tema de capa da revista O Tuiuti, produzida pelo Diretório Acadêmico da instituição e que eu receberia de presente na semana da formatura. Sobre a foto da capa da revista, no qual apareciam mulheres de diferentes patentes e lotadas em setores diversos, desde a 1ª Tenente Lara Carolina Duarte, do Grupamento Aéreo Águia até a Coronel Rosa de Cássia Suzuki, Comandante da Escola Superior de Soldados e instrutora na Academia, destacava-se a frase: “Mulher, sim, e daí?”. É bastante provável que a realização da pesquisa sobre representações de gênero na Pmesp, conhecida entre os cadetes formandos desde o ano anterior, tenha contribuído para a escolha da matéria principal da revista.

e de uma participação em iguais termos com os homens. As marcas da diferença feminina, longe de constituírem restrições, eram reverenciadas, uma vez que elas haviam superado, através do esforço pessoal, os mesmos desafios reservados aos homens. Na festa, a beleza e a sensualidade da farda feminina, presente na longa saia com abertura lateral e no uso mais acentuado de maquiagem, era parte de um passaporte conquistado pelas mulheres nas práticas e discursos que transitam entre igualdade e diferença. Se nas ruas a feminilidade é monitorada e, por vezes, limitada quanto ao seu suposto aspecto “restritivo” da autoridade policial, nos ambientes internos da polícia ela recebe certa autorização para se expressar com maior liberdade e, assim, marcar o que seriam reconhecidas como as diferenças mais claras entre mulheres e homens.

O meu interesse em conhecer o tradicional “Baile da Espada”, conforme destaquei, surgiu como parte do trabalho em campo e envolveu uma rápida negociação com o Centro de Comunicação Social da PMESP e o setor de ensino da Academia, localizada no bairro de Santana, zona norte da capital paulista. Durante a realização de entrevistas com alunos dos seus alunos, resolvi solicitar, a partir da sugestão de uma oficial paulista<sup>4</sup> com inserção no meio acadêmico, autorização para acompanhar o evento de formatura e o baile, citado por ela, como eventos importantes no conjunto de solenidades da corporação. Particularmente no baile, as mulheres viveriam uma experiência única com o uso do tradicional fardamento branco, reservado unicamente aos formandos, e da possibilidade de investir em caprichados penteados, que não raramente recorriam a brilho e arranjos.

4 A Oficial me recomendou, na ocasião, a leitura do livro “Os filhos do Estado”, de Leonardo Damasceno de Sá (2002), que trazia em um dos capítulos uma análise dos rituais de formatura de futuros oficiais da Polícia Militar do Ceará. Para maiores detalhes das solenidades de formatura, como declaração do aspirantado, desfile, batismo das espadas, entre outros elementos, bastante semelhantes aos da Polícia Militar de São Paulo, ver: SÁ, 2002.

O meu acesso ao baile, portanto, deu-se a partir das entrevistas que realizei no ambiente da Academia, onde pude observar as semelhanças com outros centros de formação militares, marcado pela circulação de alunos entre a quadra e outros espaços de treinamento e as salas de aula, assim como troféus de campeonatos, quadro de avisos, fotos de ex-comandantes, personalidades históricas, entre outros. Na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, destacavam-se ao longo do portão de entrada até o prédio principal bustos de personagens da instituição, além de placas, antigas viaturas e outros elementos que, nos termos de uma tradição inventada (HOBSBAWN e RANGER, 1997), remetiam com muita frequência aos principais valores cultuados na caserna e ao caráter estratégico daquele espaço de formação desde a antiga Força Pública. No prédio principal da academia paulista, por exemplo, as colunas que separam as alas do edifício e seus longos corredores indicavam duas das personalidades mais importantes da história da corporação, ou seja, os generais Miguel Costa e Marcondes Salgado, somadas ao busto, na área externa, de Tobias de Aguiar, considerado o fundador da

milícia paulista. Como espaço importante de memória, não havia referência a figuras femininas da história da corporação, como a Coronel Hilda Macedo.

Após realizar as entrevistas e ter acesso a alguns dados solicitados, falei para a oficial responsável por acompanhar o meu trabalho de pesquisa que eu gostaria de assistir a formatura e ao baile. O objetivo era conhecer mais de perto os eventos, de modo a analisar como as mulheres apareciam representadas nessas ocasiões. Aberta ao público, a solenidade de formatura, que mobiliza toda a Academia, desde os alunos do primeiro ano até os formandos e seus familiares, além de contar com grande número de autoridades, não seria, segundo ela, um problema, mas o acesso ao baile dependeria da autorização do seu superior e da comissão organizadora da formatura, visto que os convites eram limitados e bastante concorridos. Pouco tempo depois eu recebi não apenas autorização para participar do baile, mas ganhei um convite da comissão, que me colocou em uma mesa junto a dois oficiais do quadro da reserva da Pmesp e a um Juiz corregedor da Justiça Militar do estado de São Paulo, o que renderia um episódio bastante rico na pesquisa em campo.

No momento de entrega do convite, recebi, também, as instruções sobre a roupa indicada para a ocasião para os convidados civis: aos homens era exigido que se apresentassem com “rigor completo”, ou seja, trajando *smoking* completo preto (Black-tie), com gravata e faixa pretas, sem permissão para retirá-los ao longo do baile, com exceção daqueles que estivessem com colete apropriado, enquanto que as mulheres deveriam usar vestido de festa longo, com comprimento na altura do tornozelo ou abaixo deles. Roupas em desacordo, conforme pude verificar com mais detalhes através do comunicado publicado pelo Comandante da Academia, incluíam *smoking* com a lapela que não fosse de cetim na cor preta ou uso de sapatos e meias que não fossem pretos. Para os trajes femininos, eram claramente proibidos tecidos comuns como “jeans, algodão cru (brim) e malhas”, bem como decotes “ousados” ou aberturas laterais que ultrapassassem “a parte superior do joelho”. Segundo a publicação, a roupa deveria “ser elegante e requintada, porém, distinta e sem exageros”<sup>5</sup>.

Além dessas prescrições, chamava a atenção no aviso o emprego de imagens com modelos a reforçar o que era exigido dos convidados civis, em particular das mulheres, com a indicação dos trajes considerados adequados e daqueles, pelas razões destacadas, a serem evitados. Se tecidos como algodão cru, malhas e jeans eram proibidos, aqueles considerados mais nobres como “crepe de seda, seda pura, cetim, vison, tule, crepe, chanel, lurex, tafetá (misto ou verão) e voil, todos com ou sem brilho (paetês)” eram classificados como permitidos, situando os seus participantes numa ordem de distinção social expressa por um gosto, produto de um *habitus* (BOURDIEU, 2007). No

5 Aviso sobre o baile: [http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/pdf/aviso\\_baile.pdf](http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/pdf/aviso_baile.pdf), página consultada em 15/06/2016.



caso dos convidados militares, a orientação era para que comparecessem trajando o uniforme indicado a sua posição no baile, sendo vedada a presença de oficiais em trajes civis. Fundada no princípio hierárquico que sustenta a separação entre praças e oficiais, a festa se apresentava como um lugar do oficialato, razão pela qual praças da corporação que fossem convidados por algum formando estavam autorizados a comparecer, desde que “utilizando-se dos mesmos trajes exigidos para os trajes civis.”. O que se pode compreender como um recurso semelhante ao vivenciado no Exército para evitar a mistura entre círculos hierárquicos, visto como expressão de “promiscuidade” (LEIRNER, 1997).

Observando todas as recomendações, dirigi-me com mais de uma hora de antecedência para o local da festa, que ocorreu num dos pavilhões de um importante centro de eventos da capital paulista. Conforme observei, todos os convidados seguiram à risca as exigências da organização e, especialmente no ano de 2011, a realização de outra festa de formatura em um pavilhão ao lado me deu a noção do caráter luxuoso do “Baile da Espada”. A festa que ocorria no pavilhão vizinho era dos formandos da tradicional Faculdade de Direito do Largo do São Francisco.

O baile, portanto, seguia um padrão muito semelhante a de outras grandes festas de formatura de classe média, com cerimonial, luxuosa decoração e sofisticado menu, além de *barman's*, telões com fotos dos formandos, banda profissional e DJ. Na decoração, além dos grandes arranjos de flores, efeitos de iluminação e outros elementos, destacavam-se viaturas antigas, que logo se tornaram ponto para fotografias entre os convidados. Na entrada, o grande número de viaturas e de policiais empregados na segurança chamava a atenção, além dos oficiais convidados e dos cadetes, empregados na recepção dos convidados. Destacavam-se os policiais com fardamento de gala ou histórico azul, herança da Missão Francesa, além dos formandos, com fardamento branco.

No caso dos novos oficiais, o branco, como símbolo de pureza, servia para em um nível ideal apresentá-los a importantes setores da sociedade, não apenas do meio político, empresarial e também jurídico, bem como para marcar o ingresso numa ordem de distinção no meio policial, ainda que a realidade de trabalho, focada nas atividades de rua durante os primeiros anos, pouco pudesse refletir mudanças objetivas tão amplas. Era, a meu ver, sobre esse aspecto contraditório da carreira policial e dos desafios reservados aos policiais, que a oficial que me acompanhou se referia ao falar sobre o baile: “aquilo ali não é real”. Ciente da baixa confiança associada à polícia, aspecto comum a marcar o trabalho policial (BAYLEY, 2006; BITTNER, 2003), ela dava a entender que a festa oferecia promessas em demasia,



a despeito da necessidade de celebração de uma conquista longamente construída por cada formando e seus familiares, a partir dos sacrifícios enfrentados como a distância, o isolamento, a rotina de estudos e trabalho, e outras privações em nome da construção de uma carreira no oficialato. Como símbolo a demarcar o desejo de ascensão social e de maior prestígio de um grupo situado no intervalo entre as “elites” e os pobres (LEIRNER, 2006), a formatura também sinalizava o início de um contato mais direto, já na condição de profissionais, com a baixa confiança da população e os riscos próprios à atividade policial, como o risco de matar ou de ser morto, e que poderiam ser resumidos nos questionamentos diários que fariam o trabalho ser não apenas o exercício de uma desejada vocação, para alguns deles antecedida por gerações da família, mas o encontro com a indesejada experiência de estar constantemente “sob o fio da navalha”.

A frase, dita a partir de certa tristeza de quem havia acompanhado muitos sonhos ruírem na profissão, imediatamente trouxe-me recordações em torno de um dos formandos da turma de 2011. Feliz com o encerramento do curso, ele era, ao lado de parentes e amigos, um dos mais animados na pista de dança. Revisitando fotos e pequenos vídeos que fiz, acabei por lembrar que, o jovem oficial, era o mesmo que pouco mais de um mês antes, havia se envolvido em uma trágica ocorrência que resultou na morte do servente de pedreiro Paulo Batista do Nascimento. O episódio ganhou repercussão nacional. O vídeo gravado por um morador da localidade e depois exibido em um programa de televisão mostrava Paulo sendo preso e agredido por policiais, na ocasião, comandados pelo jovem tenente. Horas depois o servente de pedreiro apareceu morto com cinco tiros. Toda a equipe envolvida no caso foi presa e aguardava, na ocasião, o julgamento no presídio militar de São Paulo<sup>6</sup>.

A infeliz experiência do tenente mostrava que, ao mesmo tempo em que o heroísmo é um elemento valorizado na identidade policial, a chance de cometer excessos, de ser questionado nos procedimentos de prisão ou na troca de tiros com criminosos, é algo muito comum nos discursos desses profissionais, que afirmam não apenas ter sua autoridade diminuída nas últimas décadas, mas o próprio apoio da população e a própria liberdade para atuar, efeitos “indesejáveis” da democracia, juntamente com o crescimento da criminalidade. Os policiais ouvidos falaram, entre outras demandas, sobre a necessidade de valorizar a profissão, segundo eles, atualmente desacreditada em razão de erros “isolados” de maus profissionais, da “má-fé” da mídia e da “insensibilidade” da população, que refletiria a indisposição de alguns setores com o trabalho realizado pela polícia e que não raramente orientava os policiais para o cometimento de atos ilegais, desde que direcionados para indivíduos fora do seu círculo social. Essa realidade reclamaria ainda a reformulação dos

6 “PM determina prisão de 5 policiais suspeitos de matar homem em SP – Policiais afirmam que corpo foi encontrado em viela após perseguição. Imagens mostram que rapaz estava vivo ao ser dominado por policiais”. Fonte: Portal G1 São Paulo, 11/11/2012: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/pm-determina-prisao-de-5-policiais-suspeitos-de-matar-homem-em-sp.html>, página consultada em 30/04/2014.

protocolos de atuação profissional e um maior estreitamento das relações com a imprensa, na busca pelo “resgate” de uma autoridade perdida.

Assim, a conversa que acompanhei ainda no baile de 2011 entre o coronel da reserva da Pmesp e o juiz militar, definidos, como se pode imaginar de forma nada aleatória como meus colegas de mesa<sup>7</sup>, juntamente com as suas respectivas esposas, expressava algumas das representações sociais existentes sobre o difícil trabalho policial e as estratégias consideradas oportunas pelo oficial para recuperar a imagem da instituição. Durante longo tempo ouvi, curioso, a exposição da “teoria” defendida pelo coronel sobre qual seria, em sua opinião, a razão para o descrédito social enfrentado pela PM no país. Fazendo uso de termos da área de defesa militar, o coronel, a despeito do ar enfadado do juiz com o desenrolar do “debate”, recorreu a uma metáfora para sintetizar a sua teoria, baseada na experiência da Alemanha de Hitler. De acordo com o oficial, além dos crimes do nazismo terem sido crimes de toda uma sociedade e não apenas de um ditador e de seus comandados sedentos por poder, muito do que ocorrera em relação à ampliação do governo totalitário de Hitler mantinha relação com as condições impostas à Alemanha após a Primeira Grande Guerra. As severas punições aplicadas à sociedade alemã, responsáveis por arrasar a economia do país, teriam sido, segundo ele, a principal razão para aglutinar a sociedade alemã em torno de um líder doentio que, antes de tudo, conseguiu reunir a nação em torno do projeto de correção de injustiças sofridas durante o último conflito. O caráter desproporcional das penas teria, em sua opinião, contribuído decisivamente para a ascensão daquele projeto totalitário. Desse modo, o coronel salientava, por fim, sobre a importância, ainda que num contexto de guerra, de respeitar direitos e aplicar medidas justas aos derrotados, uma vez que, assim como nos conflitos militares entre países, a aplicação de tratamento desumano no interior das sociedades apenas incitaria o inimigo a lutar sem restrições como uma forma de defesa e também de vingança.

Apesar de sustentado no imaginário da guerra, elemento bastante presente nos discursos de outros policiais juntamente com outros signos mais condizentes com a natureza do trabalho policial, a fala do coronel pareceu-me emblemática das tensões e demandas que envolvem o papel das polícias militares contemporaneamente e das expectativas associadas a homens e mulheres nessa seara. De forma indireta, além de apontar a responsabilidade do conjunto da sociedade em relação aos erros cometidos pela polícia, era também o reconhecimento de que as ações policiais baseadas no uso arbitrário da violência tinham como consequência a ampliação da violência e o questionamento da legitimidade do trabalho policial, a despeito dos argumentos que ainda hoje sustentam a necessidade de, frente a uma “guerra

7 No momento em que recebi o convite fui informado que dividiria a mesa com o juiz e o oficial. Ao chegar à festa, fui acompanhado até a mesa, onde estavam dispostas pequenas placas com os nossos nomes. Na minha, eu aparecia como o “Dr. Marcos”, suscitando quase que prontamente o interesse pelo meu trabalho e referências elogiosas dos presentes, que naquela altura pela forma prestigiosa como se referiam a mim, haviam compreendido, como ocorreu em outros momentos da pesquisa, que eu era professor da Unicamp, o que me levava assim a iniciar a conversa com um esclarecimento. Antes de desfeito o engano, eu era ali um “membro da elite” a integrar aquele espaço.

urbana”, abrir mão em determinadas situações da legalidade e apostar em métodos mais “eficazes” de afirmação da autoridade do Estado.

Neste sentido, a metáfora da guerra me fez relacionar aos discursos de entrevistados e de outras fontes como reportagens e peças publicitárias da corporação, nos quais as policiais femininas eram apresentadas como portadoras da missão de humanizar relações internas e, sobretudo, de transformar os quartéis em ambientes mais salubres, ainda que estivessem elas mesmas imersas numa rotina de intenso trabalho e divididas entre as demandas da vida privada e profissional. Segundo os discursos, no campo externo, a sensibilidade feminina deveria ser norteadada por um caráter seletivo, segundo o qual o tratamento humanizado seria direcionado para atores sociais específicos, visto que, se crianças, mulheres e idosos não envolvidos com atividades criminosas atestariam, a partir do contato com o público feminino, a melhoria do trabalho policial, ao estabelecer contato com criminosos, esse mesmo público provocaria a perda de autoridade da corporação em razão de sua menor força e da tendência das mulheres em se basearem estritamente nos protocolos formais de trabalho, que não seriam suficientes para o correto enfrentamento da violência e do crime. Num contexto de “guerra”, assim como o emprego de uma violência desmedida provocaria consequências desastrosas, a expressão de “fragilidade” diante dos “inimigos” deveria ser evitada. O feminino, não raramente, aparecia nas representações como relacionado ao exercício de rigor excessivo com os “de dentro” e um comportamento condescendente com os “de fora”.

Assim, apesar de expressarem o avanço das mulheres na profissão policial militar, as doze formandas da turma de 2012 da Academia do Barro Branco, com seus fardamentos brancos, de saias longas, penteados elaborados e maquiagem, mostravam-se, apesar dos significativos avanços, inegavelmente ligadas aos preceitos que muitas décadas antes nortearam as “treze mais corajosas de 1955”, ou seja, o cumprimento de uma missão essencialmente de caráter mais assistencial e complementar ao trabalho desempenhado pelo público masculino na polícia. Para as formandas, a ideia de uma igualdade alcançada a partir da valorização das diferenças e que seria responsável pelo aumento expressivo do efetivo feminino desde os anos 1970, não pode ser vista como um dado absoluto. Com a ascensão conquistada, via cumprimento dos rigores da formação, o feminino que se expressa no baile apresenta diferenças em relação àquele que se expressa no cotidiano da corporação, ainda bastante marcado por assimetrias, nem sempre sutis, que informam sobre competências específicas de homens e mulheres e por isso lhes reserva espaços distintos com diferentes níveis de importância na caserna. Esse, por exemplo, é foco de uma contínua tensão entre os policiais da rua e os internos.

O sentido de classe, portanto, fortemente presente na composição da imagem da mulher na polícia, indica por sua vez um desejo dos policiais em alcançar maior reconhecimento social, sobretudo dos segmentos sociais mais altos, de onde seriam mais fortes as críticas ao trabalho da polícia. No baile, com seus elementos de distinção, os policiais buscam afirmar uma identidade profissional respeitada ao apresentarem-se como parte de uma corporação tradicional e ao mesmo tempo moderna que em tese garantiria as mesmas oportunidades para todos os indivíduos, indistintamente. O uso do batom e de unhas cuidadosamente pintadas aparecem em muitos momentos como inegáveis “armas”, num trabalho que na rua ou no setor interno, pauta-se pela permanência de uma imagem marcada pelo imperativo da feminilidade, ainda que em alguns momentos relativizado.

Conforme foi possível perceber, independente do espaço de atuação as mulheres são orientadas pelo discurso institucional a apagar as marcas do trabalho, sobretudo o peso simbólico da farda através da valorização de uma imagem feminina e materna. Uma imagem que não expresse os efeitos de uma atividade que dialoga com a rotina das ruas e com os segmentos que seriam o objeto privilegiado de sua atuação, e que constituíam uma das principais preocupações em relação à presença de mulheres no trabalho policial antes mesmo da criação da Polícia Feminina nos anos 1950 e que ainda hoje orientam práticas no interior da polícia, desde os centros de formação.

De modo geral, os preceitos existentes em relação à presença feminina na polícia visam diferenciá-las das mulheres trabalhadoras pobres, orientando-as a reproduzir uma imagem profissional próxima a das mulheres de classe média, cujo trabalho, em tese, pouco representaria prejuízos para um padrão de moralidade centrado na heterossexualidade e nas relações monogâmicas, assim como para os cuidados em torno do relacionamento conjugal e da educação dos filhos (MCCLINTOCK, 2003), como sinaliza a reportagem ao tratar da trajetória da soldado Fátima. Responsáveis em grande parte pela harmonia dos lares, especialmente pelo cuidado com a família, no trabalho, elas recebem a missão de atuar na humanização da tropa, razão pela qual são comumente apresentadas nos discursos masculinos ou da imprensa como “filhas”, “esposas” e “mães” a melhorar a imagem da instituição, por vezes a partir do sacrifício da vida afetiva, como sugere a reportagem sobre a trajetória da Coronel Fátima.

Os fardamentos no baile e em outras solenidades, a presença de autoridades, a liturgia dos eventos, entre outros aspectos, cumprem o objetivo de situar o grupo de formandos e suas famílias no segmento médio e alto da população; diferente, portanto, dos estratos sobre os quais costuma recair

com maior violência o trabalho da polícia. Não é sem propósito, portanto, a referência da experiente policial às ilusões que marcam as demandas dos jovens por ser policial, uma profissão que ofertaria o encontro com uma vocação, com oportunidades de crescimento profissional, mas também com um rápido amadurecimento pessoal, resultado tanto do peso de grandes responsabilidades, mas também da convivência direta com a miséria da condição humana. Como aspirantes a heróis/heroínas, estariam diante das chances de glória, mas também de queda e condenação. A “ilusão” citada seria a marca do desejo do jovem em ascender e da mulher em ocupar uma posição de igualdade em relação aos colegas masculinos na corporação. Do luxuoso baile à convivência direta com a pobreza, com a desigualdade e a morte, os policiais se deparam com as armadilhas do espelho, que ameaça constantemente roubar-lhes a imagem. Segundo Michel Foucault (2013, p. 116):

o espelho, afinal de contas, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície; estou ali onde não estou; uma espécie de sombra que me confere minha própria visibilidade, que me permite olhar-me ali onde sou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente e tem, no local que eu ocupo, uma espécie de efeito de retorno; é a partir do espelho que me descubro ausente do local onde estou, já que vejo ali. A partir desse olhar, que de certa forma se dirige a mim, do fundo desse espaço virtual do outro lado do vidro, eu retorno a mim e recomeço a dirigir meus olhos a mim mesmo e a me reconstituir ali onde estou.

O espelho, como “lugar sem lugar”, reflete para os policiais a farda e a farda o que pretendem alcançar homens e mulheres na profissão. Fonte de ilusão, o espelho permite que a imagem se projete como algo real sobre o indivíduo e que este retire da imagem refletida um conhecimento sobre si mesmo. Nas considerações de Foucault, assim como no conhecido texto de Machado de Assis intitulado “O espelho”, a farda traz consigo a promessa de recompor a imagem outrora disforme dos indivíduos, sendo também o espaço que oferece um tipo de reconhecimento apaziguador diante da grandeza de um sacrifício heroico em nome de todos, mas nem sempre seguro. O espelho, portanto, é utopia naquilo que ele oferece como potencial redenção e heterotopia no que os sujeitos constroem a partir dos elementos que carregam e do que eles passam a enxergar como reflexo.

Quando se trata da relação entre a polícia e as mulheres, o que elas pretendem ver no espelho? Que imagem se destaca das mulheres policiais aos olhos do mundo? O que elas de fato veem quando diante de si mesmas? A esse respeito, eu havia, diante dos primeiros resultados de pesquisa, conversado com um amigo sobre o fato de as mulheres não estarem em alguns espaços específicos da Polícia, como a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), berço tradicional dos maiores heróis da Polícia Militar paulista. Recordo que uma das primeiras observações que ele me fez foi questionar se as mulheres deveriam estar nesses espaços, se elas desejavam se ver nesses lugares ou se a minha pesquisa reproduzia de certo modo uma lógica masculina, também definindo lugares para o público feminino. A minha resposta na ocasião dizia, entre outras coisas, sobre a importância de antes questionar: por que as mulheres não estão nesses espaços? Há um lugar para o feminino? Por quê? Uma pesquisa, como também um discurso sobre a existência, pode negar o seu sentido político?

Percebo que a minha resposta naquele momento guardava muita relação com as observações de Virginia Woolf (2012, p. 18) sobre a experiência das mulheres em velhas e novas profissões. Nestas, de acordo com a escritora, os desafios não terminavam com a possibilidade de ingressar em espaços antes exclusivamente masculinos, mas seguiam com a difícil tarefa para as mulheres de, no desenvolvimento de novos ofícios, afastar velhos fantasmas. Uma prova, segundo Woolf, de que “essa liberdade é só o começo”.

Numa ordem focada nos preceitos militares, vistos como essencialmente masculinos, as policiais compreendem que “ser mulher” impõe restrições ao seu trabalho e futuro na instituição, impondo pesados testes de competência, discriminação e amarguras. Nessa ciranda, afirmam lidar com as estruturas, afastando-se da idealização traçada nos primeiros tempos com a Polícia Feminina e apresentando novas formas de ser mulher diante de transformações sociais diversas que informam contradições, incertezas e esperanças.

Destacando-se como mulheres numa ordem que tende a uniformizar comportamentos, elas reclamam um lugar específico, que não apenas seja de reconhecimento de suas competências e de poder concorrer em muitos termos em igualdade, mas também de reconhecimento de suas singularidades e do valor dessas diferenças para o fazer policial, em sua visão, hoje mais aberto à contribuição feminina. Ao acompanhar nos últimos anos o fim da separação dos quadros masculino e feminino, a chegada das mulheres em setores tradicionais como o 2º Batalhão de Choque, Regimento de Cavalaria, entre outros, as mulheres ouvidas têm a percepção de que avançaram significativamente na profissão, apesar da permanência de alguns entraves.

De modo geral, os entrevistados vinculam os preconceitos contra as mulheres na polícia à permanência do machismo no conjunto da sociedade brasileira, da qual a PM não seria uma exceção. Para uma parcela importante, inclusive, o preconceito se mostraria menos grave que no conjunto da sociedade. Além disso, considerando o tempo de existência da polícia e a chegada do público feminino na instituição, os entrevistados destacaram os avanços que as mulheres alcançaram na profissão. Baseada no princípio hierárquico que define a antiguidade como “posto”, parte importante das policiais entende que por terem chegado depois devem se ajustar a um mundo que até pouco tempo era “só deles”.

É em nome dessa coesão interna da estrutura militar, de não ferir a hierarquia e a disciplina que homens e mulheres defendem a divisão de atribuições e espaços conforme o gênero, compreendendo-se assim a razão do gênero ser reverenciado em espaços como o baile e a imprensa, ao mesmo tempo em que costuma ser negado nas ruas. Por trás dessa orientação há uma forte concepção belicista do trabalho policial que, orientado em geral por uma perspectiva reativa, tende a enxergar antes de tudo inimigos no trabalho de rua e no feminino um forte elemento dissuasório das relações internas na corporação e da própria identidade policial, a despeito da presença feminina servir em vários momentos como sinal dos avanços da instituição. Desse modo, é em nome dessa unicidade, resultado da hierarquia, que indiretamente muitos dos policiais masculinos e femininos justificam a permanência dessa divisão fundada nas diferenças de gênero. Um processo bastante semelhante ao usado pela corporação, para subordinar as diferenças de classe, como esclarece Heloísa Fernandes (1979, p. 266-7):

a hierarquia é constitutiva das duas determinações – fracionamento e coesão; mas, nelas, seu estatuto é diferencial: na primeira determinação, é seu momento subordinado; na segunda, seu momento principal. Melhor dizendo: se, do ponto de vista da determinação de classe, a hierarquia é forma de manifestação da diferença de classe, do ponto de vista da determinação ideológica ela se transfigura no seu contrário: é momento de coesão. Assim, a forma de estruturação da categoria militar – a hierarquia – tem dois efeitos mutuamente contraditórios: reprodução da desigualdade/representação da coesão. Sob o efeito da ideologia do Estado, a hierarquia – forma de reprodução da desigualdade – se transmuta no seu oposto: um canal de ascensão individual. A determinação de classe que comanda o fracionamento hierárquico se transfigura no seu contrário: cimento da unicidade.



No caso da Polícia Militar de São Paulo, é possível afirmar, ainda, que as policiais tenham ao longo de sua história na instituição, usado em grande medida, parâmetros masculinos de atuação, que elas moldaram diferentes caminhos na seara policial, incorporando novas responsabilidades num contexto, especialmente em se tratando do trabalho nas ruas, ainda bastante refratário à contribuição das mulheres. Um contexto que se mantém sob o signo do segredo e da violência.

Desse modo, é possível afirmar que se uma parte das mulheres utiliza a gramática masculina como percurso mais garantido para conseguir o respeito na corporação, reproduzindo comportamentos violentos, por exemplo, enquanto outras preferem apelar para a maternidade ou para estratégias de sedução na busca por melhores espaços de trabalho, isso não quer dizer que estes sejam os únicos caminhos, embora parcela expressiva siga apostando, ora nos discursos de igualdade, ora naqueles que privilegiam as diferenças como a melhor forma de lidar com as demandas daqueles que constituem a maioria na corporação, ou seja, os homens. Tanto um como o outro revelam a pouca disposição das mulheres, ao contrário do público masculino, em reverenciar o passado, razão pela qual a memória da Polícia Feminina e, especialmente de sua primeira Comandante, Hilda Macedo, é pouco presente no ambiente dos quartéis através de fotografias, bustos e/ou monumentos, ao contrário do que acontece com a memória do tenente Alberto Mendes Júnior e do Brigadeiro Tobias de Aguiar, por exemplo. A razão para isso está no fato de grande parte das mulheres não perceber maior vínculo entre o trabalho desenvolvido pelas primeiras turmas de policiais e o que hoje fazem as mulheres na instituição, assim como do receio bastante presente de, ao reforçar a presença feminina na corporação, conseqüentemente enfraquecer a autoridade policial. Elas entendem que avançaram ao longo do tempo conquistando outros espaços, de modo que o trabalho assistencial parece não ter maior sentido como no passado, além de ser visto como um fator restritivo em relação aos novos lugares alcançados por elas no campo policial.

A memória em torno da antiga Polícia Feminina, assim, aparece para assinalar um começo, mas também uma experiência da qual se veem hoje afastadas, particularmente daquelas que apostam na reformulação de uma imagem da mulher policial como complementar ao trabalho masculino e, por isso, menos preparada para o trabalho na polícia. As mulheres parecem também apostar na força de mudanças silenciosas, fruto do consenso estabelecido com os homens, uma vez que eles ainda seriam percebidos como vozes mais autorizadas para falar sobre o campo policial, um terreno que estaria sob o seu domínio e de algumas poucas mulheres, as chamadas “moscas brancas”.

Ao afirmarem as especificidades da “condição feminina” a partir da maternidade e da disposição reiterada para as ações que requerem maior sensibilidade e poder de comunicação, bem como o seu reconhecimento como profissionais preparadas para os desafios da atividade policial, as mulheres, longe do que possa parecer, reúnem nesse processo demandas que sabem não ser incompatíveis, ao contrário do que faz crer a cultura policial predominante. Elas parecem determinadas em afirmar o caráter complexo do desejo feminino frente a uma identidade policial que o vê, ora como “frágil” e “maleável”, ora como uma particular “ameaça”. Diante de um caminho oferecido, requerem múltiplos lugares, resultado tanto de um feminino plural, quanto das dúvidas que assinalam a experiência de se guiar em um campo com fortes traços belicistas, reconhecida marca de uma identidade tradicional da Polícia.

A esse respeito, é possível compreender algumas contradições, como o fato de características consideradas femininas e que seriam bastante ajustadas ao trabalho policial, particularmente em suas ações preventivas, não ter servido para maior ampliação da presença feminina, ainda muito concentrada nos setores internos e em algumas atividades como policiamento escolar e comunitário, em geral, bastante desprestigiadas tanto no meio interno quanto fora da instituição, em comparação com o desenvolvido pelas unidades de execução especializadas. A distribuição do efetivo feminino segue orientações baseadas em princípios morais e biológicos. Um dos mais comuns se refere ao receio de que a forte determinação que se exige na profissão não interfira e comprometa à sensibilidade que supostamente marca a “natureza feminina”, assim como o seu inverso, ou seja, a percepção de que a sensibilidade das mulheres não possa interferir no respeito e na autoridade relacionados à função policial, compreendida como um exercício dos homens ou de poucas mulheres que incorporaram procedimentos há muito definidos nesses espaços e, portanto, concebidos antes da chegada das mulheres na profissão.

## Considerações finais

Embora existam múltiplas formas de ser homem e mulher, na Polícia Militar, há formas privilegiadas que se baseiam em geral na heteronormatividade e no exercício da força e da sensibilidade, respectivamente.

A capacidade de comunicação, chave para o trabalho preventivo da polícia, bem como o maior rigor no cumprimento dos protocolos de trabalho são vistos, no entanto, como características femininas responsáveis por vulnerabilizar as operações policiais e a unicidade da tropa, razão pela qual uma mudança do paradigma de atuação policial no país e que reproduz com

grande frequência desfechos semelhantes ao do jovem oficial e do ajudante pedreiro se mostre um grande desafio. Embora possa ser reconhecida como uma ilusão, o baile funciona de forma semelhante a um espelho a projetar uma imagem irreal, mas ao mesmo tempo capaz de unir os policiais a partir de um conhecimento de si mesmos.

Neste sentido, vigoram representações na corporação que enxergam o feminino como ameaça à identidade policial, sendo possível que o receio em torno do feminino represente o receio em relação à democracia e à publicização dos segredos da corporação e do fazer policial. Carentes de reconhecimento social, os policiais, contudo, não relacionam uma maior aproximação com a sociedade, através do aumento da transparência de suas ações, como fator a contribuir para o aumento do respeito da população em relação à polícia, mas compreendem o distanciamento dos grupos subalternos como condição para o fortalecimento de sua autoridade.

A noção de respeito para os policiais, a julgar pelas entrevistas e a etnografia do Baile da Espada, está sustentada na observação de uma gramática específica focada no discurso da guerra, no gênero e com forte viés de classe. Com base nessa gramática, são definidos papéis para homens e mulheres de modo a assegurar, por meio de uma clara vigilância moral dos comportamentos e da adesão aos valores dos segmentos médios a “tranquilidade” da tropa ao estabelecer, por exemplo, para o público feminino uma etiqueta baseada, principalmente, na discricção e na reprodução de uma imagem clássica baseada nos cuidados com a aparência e tipicamente associados à classe média.

A maquiagem e o esmalte que “camuflam” os efeitos do trabalho, o exercício da maternidade e o cumprimento de tarefas “condizentes” com a “natureza” do sexo feminino figuram, portanto, como instrumentos a revelar o feminino, porém sem negar a farda. Para as mulheres dispostas a enveredar pelo campo operacional, a indicação comum é a de que devem se espelhar no comportamento masculino, doando-se firmemente às exigências de sacrifício e lealdade ao grupo, o que implica apostar em performances diferentes daquelas esperadas das mulheres do trabalho interno. Não por acaso falou a Tenente Patrícia<sup>8</sup>, numa das unidades do Batalhão de Choque que visitei, sobre as recorrentes admoestações em tom de brincadeira de um colega oficial frente ao seu jeito “delicado” de ser e de tratar os colegas de farda: “Patrícia, seja homem!”. Ou outros discursos que colocam em dúvida, com muita frequência, a capacidade feminina de resolver ocorrências tendo como referência a violência das ruas e a compleição físicas dessas policiais.

Dessa forma, as representações sociais a respeito da presença feminina na Polícia Militar de São Paulo indicam que, frente a processos de uniformização

8 Pseudônimo.

e conseqüente negação das diferenças no universo policial militar, há uma busca dos policiais em torno da ampliação de direitos e reconhecimento. Seja no baile, no serviço interno ou no trabalho de rua, as reações à presença feminina na corporação evidenciam, a partir das contradições do espelho, o drama identitário de um grupo dividido entre demandas diversas.

**ABSTRACT: This paper investigates the identity of the military Police drawing upon a set of representations about the presence of females in the Sao Paulo Military Police. Based on TV news and the ethnography of the party that celebrated the convocation of candidates at the Barro Branco Academy known as "Sword Ball" in 2011 and 2012, this paper analysis the barriers and expectations of the Paulista military police identity in face of the presence of females in the institution.**

Artigo

Recebido: 16/07/2016

Aprovado: 15/08/2016

**Keywords:**

**Identity, Military Police, Sao Paulo (State), gender, representations.**

## Referências

BAUER, Martin W., GASKELL, George e ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. IN: BAUER, Martin W., GASKEL, George. (Editores) Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. tradução de Pedrinho Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAYLEY, David. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BERGER Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTNER, Egon. Aspectos do Trabalho Policial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional/Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, pp. 142-150, 2004.

CAMPBELL, Joseph. O herói de mil faces. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1949.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CASTRO, Celso e LEINER, Piero (Orgs.). Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A Força Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira: Volume III- O Brasil Republicano, Tomo 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). Difel, Difusão Editorial S.A., Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. Os militares como categoria social. São Paulo: Global Ed, 1979.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: Estudos Avançados 27 (79), 2013.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACCOUD, Mylène e MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DEALURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert e PIRES, Álvaro (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a Apropriação de uma Etnografia: o caso da Polícia Militar de São Paulo. In: Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

\_\_\_\_\_. Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.

LÉON, María Jimena López. Orden paramilitar y violências contra las mujeres. Apuntes de un análisis sociocultural. In: JIMENO, Myriam, MURILLO, Sandra Liliana e MARTÍNEZ, Marco Julián (Orgs.). Etnografías contemporâneas: trabajo de campo. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), 2012.

MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. In: Cadernos Pagu (20), 2003, p. 7-85.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MUSUMECI, Leonarda e SOARES, Barbara Musumeci. Polícia e Gênero: presença feminina nas pm's brasileiras. In: Boletim Segurança e Cidadania, CESEC, ano 2, n° 04, abril de 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. Sociologia da violência: do conceito às Representações Sociais. Brasília: Verabana Editora, 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. Mulheres policiais. Presença feminina na PM do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Marcos Santana. “Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais. Área de concentração: Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 2014.

STRATHERN, Marilyn. O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.